

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

(Do Senhor Eduardo Barbosa)

Requer, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para ouvir autoridades do governo brasileiro e o cientista político e jornalista argentino, Marcelo Falak, editor do *Ámbito Financiero*, de Buenos Aires, a respeito do ingresso do Brasil na Suprema Corte dos Estados Unidos, para apoiar a Argentina na causa em que o país é processado por 14 credores da dívida remanescente do calote de 2001.

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do artigo 255 do Regimento Interno, a realização de Audiência Pública para ouvir as autoridades do governo brasileiro adiante indicadas, e o cientista político e jornalista argentino, Marcelo Falak, editor do *Ámbito Financiero*, de Buenos Aires, a respeito do ingresso do Brasil na Suprema Corte dos Estados Unidos, para apoiar a Argentina na causa em que o país é processado por 14 credores da dívida remanescente do calote de 2001.

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 24 de março o governo brasileiro entregou, na Suprema Corte dos Estados Unidos, pedido para atuar na condição de “amicus curiae” (termo latim que significa ‘amigos da Corte’ e identifica partes que querem ajudar em um caso judicial) em processo movido por credores da Argentina, em razão de dívida remanescente de calote que o país dera no ano de 2001.

Segundo amplamente divulgado pela mídia, o pedido para que o Brasil se manifestasse foi feito Pelo Ministro da Economia argentino, Senhor Axel Kicillof, em reunião com o seu colega brasileiro, Guido Mantega, ocorrida no final de fevereiro em São Paulo. Dessas tratativas também teriam participado o assessor internacional da Presidência da República, Marco

Aurélio Garcia, e o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Mauro Borges. Em troca, a Argentina acabaria com alguns entraves no comércio bilateral retirando barreiras para exportações brasileiras, principalmente em relação ao setor automotivo.

É importante ouvirmos das autoridades do Poder Executivo todas as nuances que envolvem a participação brasileira nesse processo judicial, sobretudo obtermos os devidos esclarecimentos a respeito das implicações e dos impactos que o papel do Brasil frente ao caso pode gerar, notadamente na atual conjuntura econômica, em que o país está passando por uma minuciosa avaliação por parte das agências internacionais de classificação de risco.

A propósito, cabe alertar que, na tarde da última segunda-feira, dia 24, a agência de classificação de risco *Standard and Poor's*, anunciou o rebaixamento da nota da economia brasileira, de BBB para BBB-, refletindo, segundo os analistas dessa agência, uma “combinação de deslize fiscal, baixo crescimento econômico e enfraquecimento nas contas externas”. Essa decisão veio em um momento crítico para a economia do País, tendo em vista a sua elevada dependência em relação ao capital estrangeiro e ao baixo desempenho da balança comercial nos últimos anos.

Nesse cenário, não se pode descuidar de que o apoio brasileiro ao governo argentino, no âmbito do processo judicial em referência, pode sinalizar a investidores e à comunidade internacional que o país está no mesmo grupo de nações com grande risco de calote. Teme-se, igualmente, que essa medida possa comprometer todos os esforços feitos ao longo dos últimos 20 anos para estabilizar a economia e conquistar a credibilidade externa. Pior ainda, essa opção política veio em um momento inoportuno, visto que o País precisa dar provas inequívocas de que possui um ambiente seguro e confiável para receber capital e investimentos internacionais.

Não se pode olvidar, dentro desse mesmo contexto, que estão em curso negociações para a concretização de um acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Preocupa-nos, portanto, que medidas dessa natureza possam impactar negativamente as tratativas levadas a efeito pelos dois blocos.

Dessa forma, justifica-se a realização de audiência pública para tratar do alcance dessa decisão, bem como das consequências que ela gerará para o Brasil e para a América do Sul. Para tanto, sugiro ouvimos os seguintes convidados:

- Representante do Ministério da Fazenda;
- Senhor Arno Augustin, Secretário do Tesouro Nacional;
- Representante do Banco Central do Brasil;
- Senhor Marco Aurélio Garcia, assessor internacional da Presidência da República; e
- Senhor Marcelo Falak, cientista político e jornalista argentino, editor do *Ámbito Financiero*, de Buenos Aires.

Tendo em vista a relevância do assunto a ser debatido na audiência pública ora requerida, bem como os seus desdobramentos na esfera econômico-política do país, peço o apoio dos nobres pares para aprovar o presente requerimento.

Sala da Comissão, 26 de março de 2014.

Deputado **EDUARDO BARBOSA**
PSDB/MG